Série | Balanço dos ODS

1 ERRADICAR A POBREZA



CADERNOS CEBRAP SUSTENTABILIDADE

Working Papers

ODS 1: longe da meta

CAROLINA TRIVELLI
JHONATAN CLAUSEN

Vol.7 – N.1 ▪ julho 2026
ISSN 2764-1937
Versão revisada ▪ outubro 2026

CEBRAP Sustentabilidade

CEBRAP

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP - foi criado em 1969 para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil. O foco da instituição é a análise da realidade brasileira, com um estilo de trabalho que enfatiza a comparação e combina a especialização e a interdisciplinaridade, em diálogo constante entre as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas das áreas de origem de seus pesquisadores: sociologia, política, demografia, direito, filosofia, história, antropologia, economia e geografia.

Presidente
Adrian Gurza Lavalle

Diretor Científico
Arilson Favareto

Diretor Administrativo
Victor Callil

ISSN 2764-1937

O Cebrap Sustentabilidade - Núcleo de Pesquisa e Análises sobre Meio ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade, dedica-se à produção de conhecimentos voltados a favorecer formas inovadoras de tratamento do tema ambiental e que estejam sintonizadas com os principais avanços realizados pela comunidade científica nacional e internacional. Os estudos, eventos e publicações produzidos pelo núcleo se apoiam em rigor científico e excelência e pela busca em qualificar o debate público no Brasil, tendo como parceiros uma pluralidade de atores favoráveis a uma transição sustentável e inclusiva. Cinco temas concentram as pesquisas do Cebrap Sustentabilidade: Mudanças climáticas; Governança ambiental policêntrica; Biodiversidade, água, alimentos e energia; Cidades e regiões na transição para a sustentabilidade; Epistemologia da sustentabilidade.

Coordenador
Arilson Favareto

https://cebrapsustentabilidade.org
E-mail: sustentabilidade@cebrap.org.br

Cadernos Cebrap Sustentabilidade – *Working Papers*

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Cebrap Sustentabilidade com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à comunidade científica e aos tomadores de decisão públicos e privados atuando em temas ambientais e suas interfaces com a agenda econômica e política do país.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Cebrap.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais. são proibidas.

ODS 1: longe da meta

Carolina Trivelli[1]
Jhonatan Clausen[2]

1. Longe de cumprir o ODS 1

A Declaração do Milênio, adotada pelas Nações Unidas no ano 2000, comprometeu os países a reduzir à metade, até 2015, a proporção de pessoas com renda inferior a um dólar por dia e a proporção de pessoas que passam fome (United Nations, 2000), compromisso que, posteriormente, deu origem ao primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM 1), voltado à erradicação da pobreza extrema e da fome. Segundo o relatório final dos ODM, a proporção de pessoas que viviam com menos de 1,25 dólar por dia nas regiões em desenvolvimento — o limiar internacional de pobreza extrema então vigente — caiu de 47% em 1990 para cerca de 14% em 2015, segundo as projeções do relatório, e a meta de reduzi-la à metade foi alcançada já em 2010; em escala global, o número de pessoas em pobreza extrema teria passado de 1,9 bilhão para cerca de 836 milhões no mesmo período (United Nations, 2015a). Esse resultado gerou otimismo quanto à possibilidade de erradicar a pobreza extrema em escala mundial.

Em 2015, a nova Agenda 2030 propôs uma abordagem mais ambiciosa: o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) passou a ter como meta "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares" (United Nations, 2015b, p. 15). Esse novo marco ampliou o foco da pobreza, que deixou de ser concebida apenas em termos monetários para incorporar uma visão mais abrangente, ao incluir explicitamente a pobreza multidimensional por meio da Meta 1.2. Assim, o ODS 1 reconhece tanto a viabilidade de erradicar a pobreza monetária extrema quanto a necessidade de reduzir outras formas de privação relacionadas a dimensões não monetárias do bem-estar humano.

Do ponto de vista conceitual, essa mudança reflete duas mudanças centrais: a passagem de uma compreensão da pobreza como insuficiência de renda para uma concepção que a entende também como privação de capacidades, seguindo Sen (1999); e a operacionalização empírica dessa visão por meio do método de contagem de Alkire-Foster, base do Índice de Pobreza Multidimensional Global (Alkire & Foster, 2011), que complementa as medidas convencionais de pobreza monetária. Esse indicador permite identificar aqueles indivíduos que, mesmo acima da linha de pobreza monetária, enfrentam privações severas em áreas como saúde, educação ou habitação.

Apesar do otimismo inicial, na metade do período previsto para o cumprimento dos ODS, apenas cerca de 15% das metas avaliáveis estavam no caminho para serem

[1] Pesquisadora Principal do Instituto de Estudios Peruanos (IEP)
[2] Diretor do Instituto de Desarrollo Humano de América Latina (IDHAL) e Professor da Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP).

alcançadas até 2030; no caso do ODS 1, o mesmo balanço projetava que, mantidas as tendências, cerca de 575 milhões de pessoas ainda viveriam em pobreza extrema em 2030, medida pela linha de 2,15 dólares por dia em paridade de poder de compra de 2017 (United Nations, 2023). Nesse contexto, o Banco Mundial alerta que uma "policrise" — composta pela pandemia de COVID-19, pelas mudanças climáticas, por conflitos armados e pela desaceleração econômica — ameaça reverter anos de progresso na redução da pobreza (World Bank, 2024). A pandemia, por exemplo, teria elevado a taxa global de pobreza extrema de 8,4% em 2019 para 9,3% em 2020, o que corresponde a um aumento de mais de 70 milhões de pessoas nessa condição (World Bank, 2022). Embora se estime uma leve recuperação posterior (8,5% em 2024), as projeções atuais indicam que, em 2030, a taxa de pobreza extrema ainda estará em torno de 7,3%, distante da meta de erradicação (World Bank, 2024).

No âmbito da pobreza multidimensional, as tendências também são preocupantes. Antes da pandemia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Iniciativa de Oxford sobre Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI) estimavam que 47 dos 75 países com dados comparáveis estavam no caminho para reduzir pela metade o valor de seu índice de pobreza multidimensional entre 2015 e 2030, se as tendências observadas se mantivessem (UNDP & OPHI, 2020). Simulações posteriores sugeriram, contudo, que a pandemia poderia atrasar a redução da pobreza multidimensional entre 3,6 e 9,9 anos (Alkire et al., 2021). A atualização de 2023 do índice, que combina pesquisas domiciliares realizadas entre 2011 e 2022, estima que 1,1 bilhão de pessoas em 110 países vivem em pobreza multidimensional aguda, das quais cerca de cinco em cada seis estão na África Subsaariana (534 milhões) ou no Sul da Ásia (389 milhões) (UNDP & OPHI, 2023). Em conjunto, as projeções relativas à pobreza monetária e multidimensional indicam que, nos ritmos atuais, o mundo não está no caminho para cumprir o ODS 1 (United Nations, 2023; World Bank, 2024).

Nesse cenário, convergem desigualdades interseccionais: segundo pesquisas domiciliares de 89 países em desenvolvimento, há 122 mulheres de 25 a 34 anos vivendo em domicílios pobres para cada 100 homens da mesma faixa etária (Muñoz Boudet et al., 2018), e 774 milhões de crianças vivem simultaneamente em pobreza multidimensional e expostas a alto risco climático (Save the Children, 2022). Os choques climáticos aprofundam a vulnerabilidade: estimativas para 89 países indicam que, se todos os desastres naturais pudessem ser evitados no ano seguinte, haveria cerca de 26 milhões de pessoas a menos vivendo com menos de 1,90 dólar por dia (Hallegatte et al., 2017); o ciclone Idai, em 2019, deixou cerca de 1,85 milhão de pessoas em necessidade de assistência urgente em Moçambique (OCHA, 2019); e, segundo estimativas preliminares de curto prazo, as inundações de 2022 no Paquistão poderiam ter empurrado entre 8,4 e 9,1 milhões de pessoas para baixo da linha de pobreza (Government of Pakistan et al., 2022).

A esse quadro soma-se um cenário internacional marcado por crescimento econômico em desaceleração e elevada incerteza, especialmente diante das

transformações no comércio global. Entre janeiro e abril de 2025, as projeções de crescimento para economias emergentes e em desenvolvimento foram revisadas para baixo, passando de 4,2% para 3,7% em 2025, com projeção de 3,9% para 2026 (International Monetary Fund, 2025). Esse menor dinamismo econômico global, particularmente nos países de menor renda, limitará a capacidade do crescimento de contribuir para a redução da pobreza (World Bank, 2024), corroborando o argumento de Yusuf et al. (2023), segundo o qual, com base nas projeções de crescimento disponíveis, o crescimento, por si só, não bastará para cumprir as metas de pobreza dos ODS.

O espaço fiscal constitui outra restrição crítica: segundo estimativas citadas pelo FMI, os países de baixa renda precisariam elevar o gasto público anual em até 30% do PIB para cumprir os ODS, e simulações ilustrativas indicam que, mesmo em condições favoráveis, o espaço fiscal disponível provavelmente é insuficiente para esse esforço (Baum et al., 2017). Isso reforça a necessidade de maximizar o impacto de cada recurso e de dispor de avaliações que permitam a realocação eficiente de políticas e investimentos.

Retomar taxas mais elevadas de crescimento econômico e, sobretudo, sustentá-las ao longo do tempo, é condição necessária para recolocar o mundo em uma trajetória de redução da pobreza. No entanto, não se trata apenas de recuperar o dinamismo do crescimento da economia mundial, e em particular nos países de menor renda, mas também de assegurar que esse crescimento seja inclusivo, que gere emprego e dinamismo nos setores que são relevantes para os meios de vida daqueles que enfrentam diferentes formas de pobreza, e que esse crescimento econômico amplie suas oportunidades de acesso a meios de vida que gerem oportunidades sustentadas e sustentáveis de inclusão econômica. Para isso, é necessário que o crescimento econômico gere encadeamentos que dinamizem as economias das quais dependem as famílias de menor renda e que seja acompanhado por uma nova geração de políticas públicas que facilite o acesso e o aproveitamento, por parte das pessoas em situação de pobreza, das oportunidades que esse crescimento venha a gerar. Isso implica mais e melhor infraestrutura pública e de serviços — públicos e privados — para todos, bem como políticas setoriais e sociais orientadas a promover o desenvolvimento de meios de vida que permitam inserir as pessoas em situação de pobreza em trajetórias sustentadas de desenvolvimento.

Nesse contexto, diante das tendências observadas na redução das diversas formas de pobreza, o cumprimento do ODS 1 parece pouco provável, o que torna inescapável a redefinição das estratégias voltadas à sua superação, em todas as suas formas e dimensões. Ainda que limitadas, as políticas públicas, especialmente as políticas sociais, permanecem como um instrumento central nesse esforço.

Neste capítulo, destacamos a necessidade de uma revisão crítica do paradigma atual de intervenção social. Para alcançar avanços substantivos no cumprimento do ODS 1, propomos o desenvolvimento de uma nova geração de políticas sociais mais integradas, adaptáveis e eficazes. Em particular, enfatizamos quatro elementos-chave: (i) a importância de reconhecer tanto os avanços quanto as limitações das políticas

tradicionais de combate à pobreza, centradas em transferências monetárias condicionadas; (ii) a necessidade de incorporar estratégias de inclusão econômica no desenho das políticas sociais; (iii) a urgência de implementar políticas que não apenas reduzam a pobreza monetária, mas que também enfrentem explicitamente a pobreza multidimensional; e (iv) a importância de mecanismos de avaliação rigorosos, porém flexíveis, que promovam a inovação em contextos de capacidade estatal limitada, heterogeneidade territorial e restrições fiscais.

Por fim, embora este capítulo se concentre prioritariamente nas políticas sociais, reconhecemos que a redefinição das estratégias de redução da pobreza exige sua articulação com ações complementares, como a redução das desigualdades, a resolução de conflitos, o enfrentamento das mudanças climáticas, o fortalecimento da capacidade fiscal e o aprimoramento da governança democrática nos países de baixa e média renda. Sem essa articulação, é provável que as políticas de combate à pobreza tenham impacto limitado, atuando mais como medidas paliativas do que como promotoras de oportunidades sustentadas de desenvolvimento humano.

2. Um novo marco de políticas sociais para retomar uma trajetória de redução de todas as formas de pobreza

2.1 Transferências Monetárias Condicionadas: alcance, evidência e limites da resposta convencional

Embora o leque de políticas sociais seja amplo — incluindo subsídios universais, seguros contributivos, programas de emprego público ou provisão direta de serviços —, ao longo dos últimos vinte e cinco anos as transferências monetárias condicionadas (TMC) consolidaram-se como o instrumento convencional para a redução da pobreza por meio de incentivos ao capital humano. Esse desenho, que combina um apoio imediato à renda com condicionalidades vinculadas à escola e aos serviços de saúde, costuma funcionar como referência para a avaliação e articulação de intervenções mais recentes.

Os primeiros programas de TMC surgiram na América Latina em meados da década de 1990, quando a região buscava respostas para o aumento da pobreza e da instabilidade social decorrentes dos ajustes estruturais posteriores ao Consenso de Washington (Brearley, 2016). O Progresa, lançado no México em 1997, buscou substituir subsídios alimentares, focalizados ou generalizados, por transferências monetárias diretas (Levy, 2006), e o modelo se difundiu rapidamente: por volta de 2010, programas de TMC operavam em 18 países da América Latina e do Caribe e beneficiavam cerca de 113 milhões de pessoas, 19% da população regional, a um custo próximo de 0,4% do PIB regional (Cecchini & Madariaga, 2011). Posteriormente, essas políticas passaram a integrar o repertório de instrumentos em países de baixa e média renda na África e na Ásia. O apelo das TMC residiu em sua capacidade de focalizar recursos com relativa transparência e, sobretudo, na abundância de avaliações rigorosas que respaldavam sua efetividade.

Para estimar seus efeitos, foram amplamente utilizados ensaios controlados randomizados (RCTs) e métodos quase experimentais — como diferenças-em-diferenças, variáveis instrumentais e regressão descontínua — que permitem isolar impactos causais ao comparar beneficiários com grupos de controle. Essa preocupação metodológica dialoga diretamente com a discussão da seção 2.4 sobre a combinação entre rigor e flexibilidade na avaliação.

Revisões sistemáticas indicam que as TMC geram uma série de benefícios, embora com variação entre programas e contextos. Na saúde, favorecem o uso de serviços preventivos (Lagarde et al., 2007) e, em alguns programas, estão associadas a maior peso ao nascer (Siddiqi et al., 2018; Lisboa et al., 2023), menor mortalidade infantil (Siddiqi et al., 2018) e mais partos com assistência qualificada (Glassman et al., 2013); o efeito sobre as consultas pré-natais, porém, varia muito entre programas, com resultados nulos e até negativos em alguns casos (Jacobs & Downey, 2022). Também contribuem para melhorar a nutrição e a imunização infantil, sobretudo, segundo os autores da revisão, em países de renda média e quando os sistemas de saúde funcionam adequadamente (Owusu-Addo & Cross, 2014), e aumentam a matrícula e a frequência escolar, embora seus efeitos sobre os resultados de aprendizagem sejam, na melhor das hipóteses, pequenos (Baird et al., 2013, 2014; Abe & Awojobi, 2020). Na esfera econômica, aumentam o consumo das famílias, reduzem o trabalho infantil em vários programas e amortecem choques de renda; em alguns programas, como no México, também elevaram o investimento produtivo, e no Sul da Ásia estão associadas a maior renda agrícola (Kabeer & Waddington, 2015; Owusu-Addo et al., 2018; Prajapati & Prajapati, 2023). Há ainda evidência de reduções pequenas na depressão e na ansiedade durante a vigência dos programas (Wollburg et al., 2023), de reduções na violência por parceiro íntimo na maioria dos estudos revisados (Buller et al., 2018) e de menor incidência de HIV entre beneficiários sujeitos a condicionalidades de saúde (Guimarães et al., 2023). A adaptabilidade das transferências monetárias ficou evidente durante a pandemia de COVID-19: até janeiro de 2022, 223 economias haviam planejado ou implementado 3.856 medidas de proteção social e de trabalho (Gentilini et al., 2022).

Esses avanços coexistem, contudo, com lacunas persistentes. O impacto sobre a aprendizagem é limitado (Baird et al., 2013). Na saúde, os resultados dependem do funcionamento dos serviços (Owusu-Addo & Cross, 2014) e podem ser limitados por fatores socioculturais e estruturais que competem com o incentivo monetário (Adato et al., 2011); em contextos humanitários, uma revisão sistemática identificou um único estudo sobre doenças não transmissíveis, voltado ao controle do diabetes (van Daalen et al., 2022). A evidência sobre o uso de métodos contraceptivos é inconclusiva (Khan et al., 2016; Kneale et al., 2023), e uma minoria de estudos registra efeitos mistos ou adversos sobre a violência por parceiro íntimo, cujos possíveis mecanismos — como disputas pelos recursos transferidos — foram pouco testados (Buller et al., 2018). Esses elementos confirmam que, ao atuar predominantemente sobre o eixo da renda, as TMC não enfrentam diretamente as múltiplas privações simultâneas — como acesso à água, energia, moradia adequada e conectividade — analisadas na seção 2.3.

Em síntese, as TMC constituem o pilar convencional das políticas sociais contemporâneas e são fundamentais para aliviar a pobreza de renda e fortalecer indicadores básicos de capital humano; contudo, seus limites indicam que, isoladamente, são insuficientes para erradicar a pobreza em todas as suas dimensões. Diante da segunda metade da Agenda 2030, o desafio não é abandonar as TMC, mas complementá-las com políticas mais inovadoras que enfrentem explicitamente os nós críticos da pobreza multidimensional. Essa ampliação — envolvendo inclusão econômica, pacotes de ativos, financiamento inteligente e avaliação adaptativa — é desenvolvida nas seções seguintes.

2.2 Inclusão econômica como parte dos objetivos e ações das políticas sociais

Tradicionalmente, as políticas sociais têm se limitado à oferta de programas de assistência social, sobretudo em países de baixa renda, e de proteção social contributiva em países de maior renda. O contraste entre esses dois tipos de programas é evidente: os primeiros estão voltados à proteção de pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade, por meio de instrumentos como transferências monetárias condicionadas e programas de assistência alimentar; os segundos referem-se a mecanismos de apoio àqueles que perderam sua fonte de renda, como seguros-desemprego e sistemas de pensões.

No entanto, juntamente com esses dois tipos de intervenções sociais — ambas necessárias e complementares —, são requeridas intervenções que permitam às pessoas que enfrentam uma situação de pobreza ou vulnerabilidade, temporária ou persistente, adotar estratégias para se inserir em uma trajetória de superação dessa condição. Trata-se de intervenções que buscam "promover" caminhos de redução da pobreza por meio do fortalecimento de capacidades, ativos e relações, de modo a facilitar o acesso a meios de vida e às opções de desenvolvimento desses meios de vida.

Essas intervenções, conhecidas como políticas de inclusão econômica (também denominadas estratégias de inclusão produtiva ou de "graduação"), têm uma trajetória consolidada e vêm ganhando crescente relevância. Desde o programa pioneiro da BRAC em Bangladesh, iniciado em 2002 (BRAC, 2021), até os 405 programas em 88 países levantados pela Partnership for Economic Inclusion (Arévalo-Sánchez et al., 2024), esse tipo de abordagem tem sido amplamente estudado, com efeitos positivos e duradouros documentados em diversos contextos (Banerjee et al., 2015; Bandiera et al., 2017).

A incorporação de ações de inclusão econômica no âmbito das políticas sociais é reconhecida como uma boa prática, configurando-se como complemento efetivo às políticas de assistência e proteção social e como elemento-chave para sustentar processos duradouros de redução da pobreza[3].

[3] Existe uma ampla literatura a esse respeito (Bandiera et al., 2017; Banerjee et al., 2015, 2021; Arévalo-Sánchez et al., 2024, entre outros), bem como uma série de casos emblemáticos, como o da BRAC em Bangladesh, o Brasil sem Miséria e o programa Satat Jeevikoparjan Yojana, no estado de Bihar, na Índia.

Apesar disso, programas de inclusão econômica ainda não são, em muitos casos, parte integrante das políticas sociais, sendo frequentemente tratados como intervenções setoriais ou territoriais voltadas ao desenvolvimento de meios de vida. Com isso, perde-se uma oportunidade importante de articular essas iniciativas com políticas de assistência e proteção social.

A evidência acumulada mostra, em diversos programas avaliados, melhorias na segurança alimentar, no consumo, na renda, no bem-estar psicossocial, no empoderamento das mulheres e na resiliência — embora também haja programas sem impacto —, assim como seu potencial de articulação com outros objetivos de desenvolvimento, como adaptação às mudanças climáticas, nutrição, inclusão produtiva de jovens, geração de emprego e desenvolvimento rural e territorial (Arévalo-Sánchez et al., 2024).

Incluir ações voltadas à inserção econômica de pessoas em situação de pobreza representa, portanto, uma oportunidade de ampliar a efetividade das políticas sociais e expandir seu alcance e impacto[4].

2.3 Desenho de intervenções nodais para a pobreza multidimensional não monetária

Reduzir a pobreza exige muito mais do que elevar a renda; implica atuar deliberadamente sobre as privações educacionais, energéticas, habitacionais, nutricionais, sanitárias e de infraestrutura que configuram a experiência cotidiana de milhões de pessoas em situação de pobreza multidimensional. Evidências recentes mostram que essas carências formam redes de privações interconectadas e que os indicadores mais centrais nessas redes apresentam maiores reduções em sua incidência, o que os autores atribuem provavelmente a efeitos de transbordamento (Stojkoski et al., 2025). Com base nessa lógica de "acupuntura do desenvolvimento" proposta pelos mesmos autores, esta seção apresenta um conjunto de passos que podem ser úteis para o desenho e a implementação de intervenções explícitas voltadas à pobreza multidimensional não monetária em países de baixa e média renda.

Um primeiro passo consiste na identificação de nós críticos de privação por meio de instrumentos como os índices de pobreza multidimensional (IPM) e da análise das interações entre privações, que permitem localizar combinações de carências que se reforçam mutuamente, como domicílios sem acesso simultâneo à eletricidade, à água potável e à conectividade digital (Stojkoski et al., 2025). Onde as pesquisas domiciliares são escassas ou pouco frequentes, modelos que combinam imagens de satélite e aprendizado de máquina explicaram entre 37% e 55% da variação do consumo médio das localidades em quatro países africanos, e entre 55% e 75% da variação da riqueza média em cinco (Jean et al., 2016). Esse mapeamento pode orientar a alocação orçamentária: se o acesso à água segura constitui o nó de maior centralidade, o tratamento da água com cloro figura entre as intervenções de saúde mais custo-efetivas, pois uma meta-análise de ensaios randomizados estima que ele reduz entre 24% e 27% a razão de chances de morte

[4] Como tem sido sugerido por diversos autores — ver, por exemplo, Winder Rossi e Faret (2019), Trivelli et al. (2017) e Trivelli e Clausen (2015), entre outros.

antes dos cinco anos de idade (Kremer et al., 2023/2026). Um melhor acesso à água também está associado a menos trabalho não remunerado das mulheres e, onde há desigualdades de gênero na educação, a maior matrícula escolar de meninas e meninos (Koolwal & van de Walle, 2013).

Em segundo lugar, a combinação de transferências monetárias com "pacotes de ativos" setoriais pode ampliar a eficácia das transferências já existentes. Os programas do tipo cash plus combinam a transferência com serviços ou insumos complementares para atuar sobre resultados que o dinheiro, por si só, pouco altera, como nutrição, aprendizagem ou morbidade (Roelen et al., 2017). Na primeira infância, uma revisão sistemática de 17 estudos concluiu que somar transferências de alimentos reduz a desnutrição crônica mais do que a transferência isolada e que somar atenção primária à saúde pode reduzir a mortalidade, ao passo que, nas meta-análises, acrescentar comunicação para mudança de comportamento nutricional, estimulação psicossocial ou proteção infantil não mostrou benefício adicional estatisticamente significativo, em relação à transferência isolada, sobre a antropometria, o desenvolvimento cognitivo e a disciplina violenta, respectivamente, ainda que alguns estudos individuais registrem ganhos (Little et al., 2021). Na Índia, os domicílios que usam como combustível principal o gás liquefeito subsidiado pela proteção social relatam melhor qualidade do ar interno (Gupta et al., 2026). A chave está em criar incentivos para que cada componente seja ofertado pela instância correspondente, de forma coordenada. Por exemplo, o ministério da educação pode gerir tutorias, empresas públicas de energia podem instalar soluções solares, e o ministério do desenvolvimento social pode executar as transferências, sob um arranjo institucional baseado em metas compartilhadas.

Em terceiro lugar, é necessário financiamento inteligente. Em contextos de restrição fiscal, instrumentos como subsídios cruzados em tarifas de energia, tarifas de água por blocos e fundos climáticos internacionais podem ajudar a mobilizar recursos para investimentos em infraestrutura de alto impacto. Contudo, subsidiar apenas a conexão deixa os domicílios pobres expostos ao custo do uso. Entre 2016 e 2019, o programa Ujjwala, na Índia, distribuiu mais de 80 milhões de novos fogões a gás liquefeito (Cabiyo et al., 2021). Estimativas com um painel rural de seis estados indicam que seus beneficiários consomem, em média, 27 kg de gás por ano a menos do que os demais usuários, cujo consumo estimado é de cerca de 93 kg, e que o uso combinado com lenha segue generalizado (Gould et al., 2020). Em um estudo de caso em Mulbagal (Karnataka), sede de um programa precursor e equivalente ao Ujjwala, constatou-se que, além do preço, as recargas atrasavam porque as mulheres que cozinhavam não controlavam o dinheiro nem o telefone necessários para solicitá-las (Cabiyo et al., 2021).

O quarto componente é a implementação territorial diferenciada. A aplicação de um mesmo pacote em contextos urbanos densos e em comunidades rurais (como em territórios amazônicos) tende a reduzir a efetividade das intervenções. Por isso, recomenda-se um enfoque em que cada território priorize dois ou três nós críticos, conforme sua matriz de privações. No Rio de Janeiro, o programa Favela-Bairro levou

água, saneamento e infraestrutura urbana às favelas atendidas, mas não teve efeito médio significativo sobre o valor dos imóveis — resultado que Atuesta e Soares (2018) associam à ausência de um componente de regularização fundiária —, embora tenha valorizado os imóveis de menor valor e pior acessibilidade. No Peru, a desnutrição crônica infantil caiu de 31,3% em 2000 para 13,1% em 2016 (Huicho et al., 2020), e, entre 2000 e 2012, as maiores reduções anuais absolutas ocorreram em departamentos andinos e amazônicos de alta pobreza, como Cusco, Amazonas e Puno (Huicho et al., 2017). Huicho et al. (2020) atribuem esse avanço à melhoria dos determinantes socioeconômicos, a mudanças dentro e fora do setor saúde e a intervenções de saúde, impulsionadas por um enfoque multissetorial, pela mobilização da sociedade civil e pela liderança política.

Em quinto lugar, a digitalização da implementação e do monitoramento pode aumentar a eficiência e a transparência. O Ayushman Bharat, na Índia, cobre cerca de 500 milhões de pessoas (Garg et al., 2024) e opera com identificação digital dos beneficiários e autorizações eletrônicas (National Health Authority, 2021). Em Haryana, um estudo de caso-controle encontrou gasto catastrófico em saúde (30% ou mais da renda domiciliar) em 13,3% dos beneficiários hospitalizados, contra 45,9% dos não beneficiários também hospitalizados (Kumar et al., 2025); já em Madhya Pradesh e Maharashtra não se encontrou efeito significativo da afiliação sobre o gasto do próprio bolso com hospitalização (Garg et al., 2024). Na educação, ligações telefônicas e mensagens de texto às famílias elevaram a aprendizagem em numeracia básica em 0,12 desvio-padrão em Botsuana (N. Angrist et al., 2022), e, em El Salvador, a oferta de oito semanas de tutoria remota por telefone elevou a aprendizagem em matemática em 0,12 desvio-padrão, com efeito estimado por variáveis instrumentais de 0,23 desvio-padrão para os estudantes que participaram de pelo menos uma sessão em razão da oferta (Zoido et al., 2022).

Uma condição estrutural é a existência de capacidades estatais robustas. Sistemas de identificação digital, como o Aadhaar na Índia, podem facilitar pagamentos e serviços em larga escala se forem desenhados com critérios de inclusão e governança responsável (Gelb & Diofasi Metz, 2018). Sem essas bases, a implementação de programas cash plus e de sistemas de monitoramento contínuo torna-se inviável.

Finalmente, a avaliação adaptativa favorece a aprendizagem contínua. Os desenhos adaptativos redistribuem a amostra entre rodadas; no algoritmo de amostragem exploratória (*exploration sampling*) de Kasy e Sautmann (2021), a atribuição em cada rodada é uma função crescente e côncava da probabilidade posterior de que cada variante seja a melhor. Os autores demonstram sua otimalidade assintótica, sob certas restrições, e mostram em simulações calibradas que ele reduz o erro na escolha da política a escalar em comparação com desenhos não adaptativos; e os autores o aplicaram para escolher entre seis estratégias de recrutamento de um serviço de extensão agrícola na Índia. Ao mesmo tempo, a pesquisa qualitativa ajuda a entender mecanismos que os indicadores quantitativos às vezes não captam: em programas de transferências condicionadas na

Nicarágua, em El Salvador, no México e na Turquia, ela identificou fatores socioculturais e estruturais — crenças sobre práticas tradicionais e biomédicas, normas sociais, relações de gênero e a experiência cotidiana da pobreza — que competem com o incentivo monetário nas decisões de saúde das famílias (Adato et al., 2011). Dessa forma, cada ciclo de implementação e avaliação alimenta decisões sobre escalonamento, adaptação ou descontinuação.

A experiência acumulada indica que esse enfoque é viável em países de baixa e média renda. Com vontade política e coordenação intersetorial, pode acelerar o progresso rumo à erradicação da pobreza em todas as suas formas.

2.4 Rigor e adaptabilidade na avaliação de políticas sociais

Durante as duas últimas décadas, os ensaios controlados aleatorizados (RCTs) consolidaram-se como a ferramenta emblemática para estimar a eficácia de intervenções sociais em países de renda baixa e média, graças à clareza com que a alocação aleatória permite, sob hipóteses adequadas, identificar efeitos causais (J. D. Angrist & Pischke, 2010) — ainda que essa clareza tenha sido matizada por seus críticos (Bédécarrats et al., 2019; Deaton & Cartwright, 2018). Essa tendência foi reforçada pelo Prêmio Nobel de Economia de 2019, concedido a Banerjee, Duflo e Kremer por sua abordagem experimental para aliviar a pobreza global (NobelPrize.org, 2019). Essa onda experimental fortaleceu a retórica das "políticas baseadas em evidências" e estimulou organizações como o Banco Mundial e o J-PAL a financiar numerosos estudos, alguns dos quais influenciaram políticas nacionais: segundo Holla (2019), um ensaio em Moçambique levou à expansão nacional da pré-escola comunitária e, no Paquistão, o impacto estimado de doações a escolas privadas sobre suas receitas ajudou a convencer um banco privado a oferecer-lhes crédito.

A centralidade dos RCTs, no entanto, trouxe à tona limitações não desprezíveis. Nem toda política é passível de aleatorização: segundo Ravallion (2020), reformas setoriais ou de toda a economia, obras de infraestrutura de médio e grande porte e programas com efeitos de transbordamento generalizados dificilmente podem ser aleatorizados. Mesmo com desenhos particularmente "limpos", a validade externa costuma ser questionável, pois os efeitos dependem das instituições e do contexto local (Deaton & Cartwright, 2018; Pritchett & Sandefur, 2015). Uma meta-análise bayesiana de sete RCTs sobre a expansão do acesso ao microcrédito encontrou efeitos médios pequenos e incertos sobre os negócios e o consumo dos domicílios e heterogeneidade moderada entre os estudos, sendo cerca de 60% da heterogeneidade observada atribuível à variação amostral (Meager, 2019); Morduch (2020) argumenta que essa primeira geração de ensaios, centrada em clientes e localidades marginais, não foi desenhada para medir o impacto médio do microcrédito. Mesmo a replicação de um protocolo idêntico não garante o mesmo resultado: no Quênia, a contratação de docentes adicionais elevou o desempenho quando implementada por uma ONG, mas, quando executada pelo governo, o efeito médio tornou-se estatisticamente indistinguível de zero (Bold et al., 2018).

Exigir exclusivamente evidência experimental pode, ademais, enviesar a base de evidências em favor do que é mais fácil de aleatorizar (Ravallion, 2020).

Diante dessas limitações, o debate atual defende uma rigorosidade proporcional e adaptativa. Os desenhos quase-experimentais têm demonstrado ser capazes de oferecer estimativas credíveis com menor custo e maior rapidez. A expansão massiva de escolas na Indonésia aumentou os anos de escolaridade e os salários dos homens expostos ao programa, segundo uma análise de diferenças-em-diferenças (Duflo, 2001); no estado indiano de Bihar, a provisão de recursos para que meninas comprassem bicicletas elevou em 32% a matrícula oportuna no ensino secundário, segundo uma análise de diferenças triplas (Muralidharan & Prakash, 2017). A regressão descontínua, quando há um limiar de elegibilidade, mostra-se igualmente útil: Galasso (2006) a utilizou, como verificação de robustez, para avaliar o programa chileno Chile Solidario, explorando a descontinuidade na probabilidade de participação no ponto de corte de elegibilidade.

A inferência bayesiana, por sua vez, possibilita ensaios adaptativos que redistribuem a amostra entre rodadas, concentrando participantes nas variantes mais promissoras (Kasy & Sautmann, 2021).

O avanço da ciência de dados amplia ainda mais o repertório. Redes neurais treinadas com imagens de satélite diurnas e luminosidade noturna explicam boa parte da variação do consumo e da riqueza média das localidades e podem tornar o monitoramento e a focalização mais baratos e escaláveis (Jean et al., 2016). Egger et al. (2022) analisaram um experimento que transferiu cerca de mil dólares a mais de 10.500 domicílios pobres em 653 aldeias do Quênia e, com pesquisas de domicílios, empresas, preços de mercado e bens públicos locais, estimaram um multiplicador local de 2,5, com inflação mínima. Essas abordagens exigem transparência analítica e validação rigorosa — por exemplo, contrastar essas medidas com fontes convencionais, como pesquisas domiciliares ou o PIB subnacional —, mas são valiosas onde as pesquisas tradicionais são demasiado lentas ou custosas (Rathinam, Thissen, & Gaarder, 2021).

A pesquisa qualitativa permanece indispensável para decifrar mecanismos que os números não revelam. O estudo de Adato, Roopnaraine e Becker (2011), baseado em etnografias com domicílios na Nicarágua, em El Salvador e na Turquia, em grupos focais no México e em entrevistas com prestadores de saúde nos quatro países, mostrou que fatores socioculturais e estruturais competiam com o incentivo monetário nas decisões de saúde das famílias, o que ajuda a explicar por que alguns impactos esperados não se materializavam.

Mais recentemente, as revisões sistemáticas “vivas”, atualizadas continuamente à medida que surgem novos estudos, permitem que formuladores de políticas ajustem programas sem esperar anos por uma nova síntese (Elliott et al., 2014). Por sua vez, a ciência da implementação, ao medir fidelidade e adaptações, contribui para evitar os “sucessos piloto-fracassos em escala” observados no Quênia (Bold et al., 2018).

Uma agenda de avaliação flexível para países de renda baixa e média pode, assim, combinar RCTs quando éticos e viáveis, quase-experimentos quando não o forem, ensaios adaptativos para acelerar a aprendizagem, registros administrativos e sensoriamento remoto para monitoramento de alta frequência, e trabalho qualitativo ágil para captar os processos subjacentes. Com protocolos abertos e unidades nacionais de síntese de evidências, esse conjunto de ferramentas amplia o rigor sem sacrificar a pertinência nem a celeridade. Avaliar dessa maneira permite inovar com menor risco, aprender com rapidez e desenhar intervenções que, ao se adaptarem a contextos de capacidades limitadas, contribuam efetivamente para o alcance do ODS 1.

Conclusões

A erradicação da pobreza exige políticas capazes de articular transferências monetárias, inclusão econômica e intervenções setoriais integradas, bem como sistemas de aprendizagem contínua. Caso os governos optem por estratégias que priorizem os nós críticos da pobreza monetária e multidimensional, seria de se esperar uma aceleração gradual dos avanços perdidos durante a pandemia. Poder-se-ia observar, por exemplo, que parcerias público-privadas orientadas à eletrificação rural e ao acesso universal à água segura reduzam simultaneamente a carga de doenças e o tempo de trabalho não remunerado das mulheres, multiplicando os efeitos das transferências de renda.

No médio prazo, é plausível que a crescente disponibilidade de dados de satélite e de registros administrativos transforme a avaliação de políticas. Caso se consolidem tendências recentes, os ministérios de planejamento passariam a dispor de painéis de controle quase em tempo real, permitindo a realocação de recursos em ciclos muito mais curtos do que os atuais, aproximando a prática da política social da lógica de teste e aprendizagem. Também poderia ampliar-se o uso de financiamento climático para subsídios a fogões melhorados e redes de água, caso os mecanismos de mercado de carbono reconheçam os co-benefícios sanitários e de gênero, reduzindo a pressão sobre os orçamentos nacionais. No entanto, o impacto de tais inovações dependerá do fortalecimento institucional e da governança democrática: sem capacidade estatal para coordenar setores, integrar cadastros e garantir transparência, os benefícios potenciais tenderiam a se diluir.

É provável que o debate sobre métodos de avaliação se desloque da dicotomia "RCT versus não RCT" para uma discussão sobre como combinar causalidade rigorosa, monitoramento contínuo e participação comunitária. Antecipa-se que a inferência bayesiana adaptativa ganhe maior tração, sobretudo em contextos de restrição fiscal. Também seria de se esperar que os doadores ajustem seus requisitos, passando a valorizar portfólios de evidências em lugar de um único desenho canônico, o que ampliaria os graus de liberdade para inovações atualmente consideradas demasiado arriscadas.

Embora as projeções atuais indiquem que o ODS 1 não será alcançado até 2030, o progresso permanece possível. Uma combinação de diagnósticos integrados,

intervenções nodais, financiamento inteligente e avaliação flexível poderia alterar essa trajetória. A magnitude do impacto dependerá da vontade política e da capacidade de coordenação entre atores e dados.

Em direção a uma agenda pós-2030, os países poderiam estabelecer metas centradas em bem-estar, resiliência e sustentabilidade — por exemplo, reduzir a pobreza multidimensional a menos de um terço dos níveis atuais e eliminar a pobreza de tempo das mulheres —, objetivos que seriam viáveis caso se mobilize um esforço fiscal adicional e se institucionalize um processo de aprendizagem contínua baseado em evidências dinâmicas e participação comunitária. Os próximos cinco anos serão decisivos para converter as lições da última década em políticas capazes de erradicar a pobreza em todas as suas formas.

Referências

Abe, J. T., & Awojobi, O. N. (2020). Relationship between cash transfer programmes and school outcomes in Africa and Latin America: A systematic review. *Global Journal of Social Sciences, 19*(1), 25–34. https://doi.org/10.4314/gjss.v19i1.3

Adato, M., Roopnaraine, T., & Becker, E. (2011). Understanding use of health services in conditional cash transfer programs: Insights from qualitative research in Latin America and Turkey. *Social Science & Medicine, 72*(12), 1921–1929. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2010.09.032

Alkire, S., & Foster, J. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics, 95*(7–8), 476–487. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.11.006

Alkire, S., Nogales, R., Quinn, N. N., & Suppa, N. (2021). Global multidimensional poverty and COVID-19: A decade of progress at risk? *Social Science & Medicine, 291*, 114457. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114457

Angrist, J. D., & Pischke, J.-S. (2010). The credibility revolution in empirical economics: How better research design is taking the con out of econometrics. *Journal of Economic Perspectives, 24*(2), 3–30. https://doi.org/10.1257/jep.24.2.3

Angrist, N., Bergman, P., & Matsheng, M. (2022). Experimental evidence on learning using low-tech when school is out. *Nature Human Behaviour, 6*(7), 941–950. https://doi.org/10.1038/s41562-022-01381-z

Arévalo-Sánchez, I., Heisey, J., Chaudhary, S., Clay, T., Strokova, V., Vasudeva Dutta, P., & Andrews, C. (2024). *The state of economic inclusion report 2024: Pathways to scale*. World Bank. https://doi.org/10.1596/978-1-4648-2076-2

Atuesta, L. H., & Soares, Y. (2018). Urban upgrading in Rio de Janeiro: Evidence from the Favela-Bairro programme. *Urban Studies, 55*(1), 53–70. https://doi.org/10.1177/0042098016669290

Baird, S., Ferreira, F. H. G., Özler, B., & Woolcock, M. (2013). Relative effectiveness of conditional and unconditional cash transfers for schooling outcomes in developing countries: A systematic review. *Campbell Systematic Reviews, 9*(1), 1–124. https://doi.org/10.4073/csr.2013.8

Baird, S., Ferreira, F. H. G., Özler, B., & Woolcock, M. (2014). Conditional, unconditional and everything in between: A systematic review of the effects of cash transfer programmes on schooling outcomes. *Journal of Development Effectiveness, 6*(1), 1–43. https://doi.org/10.1080/19439342.2014.890362

Bandiera, O., Burgess, R., Das, N., Gulesci, S., Rasul, I., & Sulaiman, M. (2017). Labor markets and poverty in village economies. *The Quarterly Journal of Economics, 132*(2), 811–870. https://doi.org/10.1093/qje/qjx003

Banerjee, A., Duflo, E., & Sharma, G. (2021). Long-term effects of the targeting the ultra poor program. *American Economic Review: Insights, 3*(4), 471–486. https://doi.org/10.1257/aeri.20200667

Banerjee, A., Duflo, E., Goldberg, N., Karlan, D., Osei, R., Parienté, W., Shapiro, J., Thuysbaert, B., & Udry, C. (2015). A multifaceted program causes lasting progress for the very poor: Evidence from six countries. *Science, 348*(6236), 1260799. https://doi.org/10.1126/science.1260799

Baum, A., Hodge, A., Mineshima, A., Moreno Badia, M., & Tapsoba, R. (2017). *Can they do it all? Fiscal space in low-income countries* (IMF Working Paper No. 17/110). International Monetary Fund.

Bédécarrats, F., Guérin, I., & Roubaud, F. (2019). All that glitters is not gold: The political economy of randomized evaluations in development. *Development and Change, 50*(3), 735–762. https://doi.org/10.1111/dech.12378

Bold, T., Kimenyi, M., Mwabu, G., Ng'ang'a, A., & Sandefur, J. (2018). Experimental evidence on scaling up education reforms in Kenya. *Journal of Public Economics, 168*, 1–20. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2018.08.007

BRAC. (2021). *Graduation overview*. BRAC Ultra-Poor Graduation Initiative. https://bracupgi.org/wp-content/uploads/2021/07/Graduation-Overview-Jan-2021-BRAC-UPGI.pdf

Brearley, E. J. (2016). A history of social protection in Latin America: From conquest to conditional cash transfers. *Interventions économiques, 56*. https://doi.org/10.4000/interventionseconomiques.2926

Buller, A. M., Peterman, A., Ranganathan, M., Bleile, A., Hidrobo, M., & Heise, L. (2018). A mixed-method review of cash transfers and intimate partner violence in low- and middle-income countries. *The World Bank Research Observer, 33*(2), 218–258. https://doi.org/10.1093/wbro/lky002

Cabiyo, B., Ray, I., & Levine, D. I. (2021). The refill gap: Clean cooking fuel adoption in rural India. *Environmental Research Letters, 16*(1), 014035. https://doi.org/10.1088/1748-9326/abd133

Cecchini, S., & Madariaga, A. (2011). *Programas de transferencias condicionadas: Balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe* (Cuadernos de la CEPAL No. 95). Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

Deaton, A., & Cartwright, N. (2018). Understanding and misunderstanding randomized controlled trials. *Social Science & Medicine, 210*, 2–21. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.12.005

Duflo, E. (2001). Schooling and labor market consequences of school construction in Indonesia: Evidence from an unusual policy experiment. *American Economic Review, 91*(4), 795–813. https://doi.org/10.1257/aer.91.4.795

Egger, D., Haushofer, J., Miguel, E., Niehaus, P., & Walker, M. (2022). General equilibrium effects of cash transfers: Experimental evidence from Kenya. *Econometrica, 90*(6), 2603–2643. https://doi.org/10.3982/ECTA17945

Elliott, J. H., Turner, T., Clavisi, O., Thomas, J., Higgins, J. P. T., Mavergames, C., & Gruen, R. L. (2014). Living systematic reviews: An emerging opportunity to narrow the evidence-practice gap. *PLOS Medicine, 11*(2), e1001603. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001603

Galasso, E. (2006). *"With their effort and one opportunity": Alleviating extreme poverty in Chile [Unpublished manuscript]*. Development Research Group, World Bank.

Garg, S., Bebarta, K. K., Tripathi, N., & Keshri, V. R. (2024). Impact of government-funded health insurance on out-of-pocket expenditure and quality of hospital-based care in Indian states of Madhya Pradesh and Maharashtra. *Applied Health Economics and Health Policy, 22*(6), 815–825. https://doi.org/10.1007/s40258-024-00911-2

Gelb, A., & Diofasi Metz, A. (2018). *Identification revolution: Can digital ID be harnessed for development? Center for Global Development.*

Gentilini, U., Almenfi, M., Iyengar, H. T. M. M., Okamura, Y., Downes, J. A., Dale, P., Weber, M., Newhouse, D., Rodriguez Alas, C., Kamran, M., Mujica, I. V., Fontenez, M. B., Ezzat, M., Asieduah, S., Mahboobani Martinez, V. R., Reyes Hartley, G. J., Demarco, G., Abels, M., Zafar, U., … Aziz, S. (2022). *Social protection and jobs responses to COVID-19: A real-time review of country measures* (Living paper). World Bank.

Glassman, A., Duran, D., Fleisher, L., Singer, D., Sturke, R., Angeles, G., Charles, J., Emrey, B., Gleason, J., Mwebsa, W., Saldana, K., Yarrow, K., & Koblinsky, M. (2013). Impact of conditional cash transfers on maternal and newborn health. *Journal of Health, Population and Nutrition, 31*(4 Suppl. 2), S48–S66.

Gould, C. F., Hou, X., Richmond, J., Sharma, A., & Urpelainen, J. (2020). Jointly modeling the adoption and use of clean cooking fuels in rural India. *Environmental Research Communications, 2*(8), 085004. https://doi.org/10.1088/2515-7620/abaca9

Government of Pakistan, Asian Development Bank, European Union, United Nations Development Programme, & World Bank. (2022). *Pakistan floods 2022: Post-disaster needs assessment*. Ministry of Planning, Development & Special Initiatives.

Guimarães, N. S., Magno, L., de Paula, A. A., Silliman, M., Anderle, R. V. R., Rasella, D., Macinko, J., de Souza, L. E., & Dourado, I. (2023). The effects of cash transfer programmes on HIV/AIDS prevention and care outcomes: A systematic review and meta-analysis. *The Lancet HIV, 10*(6), e394–e403. https://doi.org/10.1016/S2352-3018(22)00290-9

Gupta, K., Mehta, C., & Roy, P. (2026). *Strengthening energy resilience through social protection: A case study of the Pradhan Mantri Ujjwala Yojana in India* (ADB

Sustainable Development Working Paper Series No. 116). Asian Development Bank. https://doi.org/10.22617/wps260020-2

Hallegatte, S., Vogt-Schilb, A., Bangalore, M., & Rozenberg, J. (2017). *Unbreakable: Building the resilience of the poor in the face of natural disasters*. World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25335

Holla, A. (2019, October 30). *The policy footprint of RCTs*. Development Impact (World Bank blog). https://blogs.worldbank.org/en/impactevaluations/policy-footprint-rcts

Huicho, L., Huayanay-Espinoza, C. A., Herrera-Pérez, E., Segura, E. R., Niño de Guzmán, J., Rivera-Ch, M., & Barros, A. J. D. (2017). Factors behind the success story of under-five stunting in Peru: A district ecological multilevel analysis. *BMC Pediatrics, 17*, 29. https://doi.org/10.1186/s12887-017-0790-3

Huicho, L., Vidal-Cárdenas, E., Akseer, N., Brar, S., Conway, K., Islam, M., Juárez, E., Rappaport, A. I., Tasic, H., Vaivada, T., Wigle, J., & Bhutta, Z. A. (2020). Drivers of stunting reduction in Peru: A country case study. *The American Journal of Clinical Nutrition, 112*(Suppl. 2), 816S–829S. https://doi.org/10.1093/ajcn/nqaa164

International Monetary Fund. (2025). *World economic outlook, April 2025: A critical juncture amid policy shifts*. IMF.

Jacobs, W., & Downey, L. E. (2022). Impact of conditional cash transfer programmes on antenatal care service uptake in low- and middle-income countries: A systematic review. *BMJ Open, 12*(11), e064673. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2022-064673

Jean, N., Burke, M., Xie, M., Davis, W. M., Lobell, D. B., & Ermon, S. (2016). Combining satellite imagery and machine learning to predict poverty. *Science, 353*(6301), 790–794. https://doi.org/10.1126/science.aaf7894

Kabeer, N., & Waddington, H. (2015). Economic impacts of conditional cash transfer programmes: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Development Effectiveness, 7*(3), 290–303. https://doi.org/10.1080/19439342.2015.1068833

Kasy, M., & Sautmann, A. (2021). Adaptive treatment assignment in experiments for policy choice. *Econometrica, 89*(1), 113–132. https://doi.org/10.3982/ECTA17527

Khan, M. E., Hazra, A., Kant, A., & Ali, M. (2016). Conditional and unconditional cash transfers to improve use of contraception in low- and middle-income countries: A systematic review. *Studies in Family Planning, 47*(4), 371–383. https://doi.org/10.1111/sifp.12004

Kneale, D., Kjaersgaard, A., de Melo, M., Picardo, J. J., Griffin, S., French, R. S., & Burchett, H. E. D. (2023). Can cash transfer interventions increase contraceptive use and reduce adolescent birth and pregnancy in low- and middle-income countries? A systematic review and meta-analysis. *PLOS Global Public Health, 3*(11), e0001631. https://doi.org/10.1371/journal.pgph.0001631

Koolwal, G., & van de Walle, D. (2013). Access to water, women's work, and child outcomes. *Economic Development and Cultural Change, 61*(2), 369–405. https://doi.org/10.1086/668280

Kremer, M., Luby, S. P., Maertens, R., Tan, B., & Więcek, W. (2023/2026). *Water treatment and child mortality: A meta-analysis and cost-effectiveness analysis* (NBER Working Paper No. 30835, revised February 2026). National Bureau of Economic Research. https://doi.org/10.3386/w30835

Kumar, A. P., Yerram, A., Chugh, Y., Rana, S., Mudgal, D., Prinja, S., & M V, R. (2025). Impact of India's publicly funded health insurance scheme on financial risk protection: A case-control study from Haryana state in India. *BMJ Open, 15*(9), e093304. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2024-093304

Lagarde, M., Haines, A., & Palmer, N. (2007). Conditional cash transfers for improving uptake of health interventions in low- and middle-income countries: A systematic review. *JAMA, 298*(16), 1900–1910. https://doi.org/10.1001/jama.298.16.1900

Levy, S. (2006). *Progress against poverty: Sustaining Mexico's Progresa-Oportunidades program*. Brookings Institution Press.

Lisboa, C. S., Guimarães, N. S., Ferreira, A. J. F., da Silva, K. B. B., Alves, F. J. O., Rocha, A. S., Ortelan, N., Texeira, C. S. S., Falcão, I. R., Silva, N. J., Ribeiro-Silva, R. C., dos Santos, D. B., & Barreto, M. L. (2023). Impact of cash transfer programs on birth and child growth outcomes: Systematic review. *Ciência & Saúde Coletiva, 28*(8), 2417–2432. https://doi.org/10.1590/1413-81232023288.14082022

Little, M. T., Roelen, K., Lange, B. C. L., Steinert, J. I., Yakubovich, A. R., Cluver, L., & Humphreys, D. K. (2021). Effectiveness of cash-plus programmes on early childhood outcomes compared to cash transfers alone: A systematic review and meta-analysis in low- and middle-income countries. *PLOS Medicine, 18*(9), e1003698. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1003698

Meager, R. (2019). Understanding the average impact of microcredit expansions: A Bayesian hierarchical analysis of seven randomized experiments. *American Economic Journal: Applied Economics, 11*(1), 57–91. https://doi.org/10.1257/app.20170299

Morduch, J. (2020). Why randomized controlled trials failed to answer the biggest questions about microcredit impact. *World Development, 127*, 104818. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.104818

Muñoz Boudet, A. M., Buitrago, P., Leroy de la Brière, B., Newhouse, D., Rubiano Matulevich, E., Scott, K., & Suarez-Becerra, P. (2018). *Gender differences in poverty and household composition through the life-cycle: A global perspective* (Policy Research Working Paper No. 8360). World Bank. https://doi.org/10.1596/1813-9450-8360

Muralidharan, K., & Prakash, N. (2017). Cycling to school: Increasing secondary school enrollment for girls in India. *American Economic Journal: Applied Economics, 9*(3), 321–350. https://doi.org/10.1257/app.20160004

National Health Authority. (2021). *Annual report 2020–21*. Government of India. https://abdm.gov.in/strapicms/uploads/Annual_Report_2020_21_509f2ca877.pdf

NobelPrize.org. (2019, October 14). *The Prize in Economic Sciences 2019 [Press release]*. Nobel Prize Outreach. https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2019/press-release/

OCHA. (2019). *Mozambique: Cyclone Idai — Summary of the appeal* (as of 24 March 2019). United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-cyclone-idai-summary-appeal-24-march-2019

Owusu-Addo, E., & Cross, R. (2014). The impact of conditional cash transfers on child health in low- and middle-income countries: A systematic review. *International Journal of Public Health, 59*(4), 609–618. https://doi.org/10.1007/s00038-014-0570-x

Owusu-Addo, E., Renzaho, A. M. N., & Smith, B. J. (2018). The impact of cash transfers on social determinants of health and health inequalities in sub-Saharan Africa: A systematic review. *Health Policy and Planning, 33*(5), 675–696. https://doi.org/10.1093/heapol/czy020

Prajapati, H. R., & Prajapati, S. (2023). Direct cash transfer and farm income: A meta-analysis of South Asian countries. *Indian Journal of Economics and Development, 19*(2), 447–455. https://doi.org/10.35716/IJED-22235

Pritchett, L., & Sandefur, J. (2015). Learning from experiments when context matters. *American Economic Review, 105*(5), 471–475. https://doi.org/10.1257/aer.p20151016

Rathinam, F., Thissen, P., & Gaarder, M. (2021). *Using big data for impact evaluations* (CEDIL Methods Brief No. 2). Centre of Excellence for Development Impact and Learning.

Ravallion, M. (2020). *Should the randomistas (continue to) rule?* (NBER Working Paper No. 27554). National Bureau of Economic Research. https://doi.org/10.3386/w27554

Roelen, K., Devereux, S., Abdulai, A.-G., Martorano, B., Palermo, T., & Ragno, L. P. (2017). *How to make 'cash plus' work: Linking cash transfers to services and sectors* (Innocenti Working Paper No. 2017-10). UNICEF Office of Research – Innocenti.

Save the Children. (2022). *Generation hope: 2.4 billion reasons to end the global climate and inequality crisis*. Save the Children International.

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.

Siddiqi, A., Rajaram, A., & Miller, S. P. (2018). Do cash transfer programmes yield better health in the first year of life? A systematic review linking low-income/middle-income and high-income contexts. *Archives of Disease in Childhood, 103*(10), 920–926. https://doi.org/10.1136/archdischild-2017-314301

Stojkoski, V., López-Calva, L. F., Bolch, K., & Fernández, A. (2025). “Development acupuncture”: Mapping the network structure of multidimensional poverty. *Journal of Economic Policy Reform, 28*(4), 393–412. https://doi.org/10.1080/17487870.2025.2529195

Trivelli, C., & Clausen, J. (2015). *De buenas políticas sociales a políticas articuladas para superar la pobreza: ¿Qué necesitamos para iniciar este tránsito?* (Documento de Trabajo). Instituto de Estudios Peruanos. https://hdl.handle.net/20.500.14660/975

Trivelli, C., Vargas, S., & Clausen, J. (2017). *Social protection and inclusive rural transformation* (IFAD Research Series No. 9). International Fund for Agricultural Development.

UNDP & OPHI. (2020). *Global Multidimensional Poverty Index 2020 – Charting pathways out of multidimensional poverty: Achieving the SDGs*. United Nations Development Programme & Oxford Poverty and Human Development Initiative.

UNDP & OPHI. (2023). *Global Multidimensional Poverty Index 2023 – Unstacking global poverty: Data for high-impact action*. United Nations Development Programme & Oxford Poverty and Human Development Initiative.

United Nations. (2000). *United Nations Millennium Declaration* (A/RES/55/2). https://undocs.org/en/A/RES/55/2

United Nations. (2015a). *The Millennium Development Goals report 2015*. United Nations.

United Nations. (2015b). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development* (A/RES/70/1). https://undocs.org/en/A/RES/70/1

United Nations. (2023). *The Sustainable Development Goals report 2023: Special edition*. United Nations Department of Economic and Social Affairs.

van Daalen, K. R., Dada, S., James, R., Ashworth, H. C., Khorsand, P., Lim, J., Mooney, C., Khankan, Y., Essar, M. Y., Kuhn, I., Juillard, H., & Blanchet, K. (2022). Impact of conditional and unconditional cash transfers on health outcomes and use of health services in humanitarian settings: A mixed-methods systematic review. *BMJ Global Health, 7*(1), e007902. https://doi.org/10.1136/bmjgh-2021-007902

Winder Rossi, N., & Faret, P. (2019). *Garantías mínimas de protección social para el desarrollo incluyente de la economía rural en América Latina y el Caribe* (2030 – Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 22). FAO. http://www.fao.org/3/ca5461es/ca5461es.pdf

Wollburg, C., Steinert, J. I., Reeves, A., & Nye, E. (2023). Do cash transfers alleviate common mental disorders in low- and middle-income countries? A systematic review and meta-analysis. *PLOS ONE, 18*(2), e0281283. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0281283

World Bank. (2022). *Poverty and shared prosperity 2022: Correcting course*. World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37122

World Bank. (2024). *Poverty, prosperity, and planet report 2024: Pathways out of the polycrisis*. World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/40971

Yusuf, A. A., Anna, Z., Komarulzaman, A., & Sumner, A. (2023). *Will economic growth be sufficient to end global poverty? New projections of the UN Sustainable Development Goals* (WIDER Working Paper No. 2023/123). UNU-WIDER. https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2023/431-1

Zoido, P., Flores, I., Hevia, F. J., Székely, M., & Castro, E. (2022). *Tutorías remotas con medios de baja tecnología para acelerar los aprendizajes: Evidencia para El Salvador*. Banco Interamericano de Desarrollo. https://doi.org/10.18235/0004690



https://cebrapsustentabilidade.org